



em destaque:

O Parlamento Europeu "engorda"

O Parlamento Europeu discutiu um relatório do espanhol **Íñigo Méndez de Vigo** que prevê o **aumento do número de Deputados**.

O Tratado de Lisboa altera a composição do PE (passando de 736 Deputados eleitos em Junho de 2009 para 751).

Como não é possível retirar o mandato a um Deputado eleito, a entrada em vigor da nova composição do PE eleva o total de Deputados a 754 (a Alemanha com o Tratado de Lisboa perde 3 Deputados)

Deputados só eleitos

Carlos Coelho defendeu que *"era preferível que a nova composição do PE se aplicasse apenas nas próximas eleições europeias, em 2014"* mas constatou que parece haver um consenso alargado para que se faça já. O Deputado português **repudia** porém a *"possibilidade dos novos Deputados serem nomeados pelas autoridades nacionais. Considero que só a eleição legitima um Deputado"*.

ver pág.12

Contra a Corrupção

Quase todos os Deputados portugueses subscreveram uma **Declaração Parlamentar contra a corrupção** num total de 377 parlamentares que pedem **mecanismos** para **acompanhar com regularidade** a situação nos Estados-Membros e que recorda os seus efeitos na **actual crise económica**.

Ver pág. 11

Euro/Grécia

Durão Barroso não poupou nas palavras: *"110 mil milhões de euros são uma resposta adequada à crise grega" (...)* *"A Grécia vai envidar esforços dolorosos, mas todos sabemos que não há alternativa a estes esforços" (...)* *"O mercado não é um local para se brincar com interesses, precisa de regras e não se pode desligar das questões sociais"*

Ver pág. 7

Segurança na aviação

O PE debateu o **reforço da segurança nos aeroportos** recusando que sejam os passageiros a pagar os **custos extra**.

Adivinha-se **mais uma polémica** entre o Parlamento e o Conselho...

Ver pág. 4

Cancro

1/3 dos cancros é "evitável".

Faz sentido **investir mais na prevenção do cancro** e dispor de instrumentos para melhorar o **diagnóstico e tratamento precoces**.

O Parlamento Europeu acha possível **reduzir o cancro em 15% até 2020**.

Ver pág. 10

Índice

Bem-estar dos animais.....	3
Segurança na aviação.....	4
Cimeira UE-América Latina.....	4
Transferência de dados para os Estados Unidos.....	5
Zona Euro: pacote de ajuda à Grécia.....	7
Quitação aos orçamentos das instituições europeias.....	9
Prevenção na luta contra o cancro.....	10
Carros Eléctricos.....	10
Luta contra a corrupção.....	11
Parlamento Europeu "engorda".....	12
Ordem do dia da Sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELD- Europa da Liberdade e da Democracia

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Bem-Estar dos Animais: maior controlo e sanções para os infractores

O Parlamento Europeu propõe que seja instaurado um sistema de controlo mais apertado e sanções mais eficazes para os proprietários de animais que não respeitem os requisitos de bem-estar estabelecidos por lei. O PE sugere que os agricultores europeus sejam compensados pelos custos de produção suplementares associados a normas mais elevadas de bem-estar, defendendo que o financiamento dessas medidas seja incorporado nos novos regimes de ajuda da PAC a partir de 2013.

A legislação europeia deve instituir um "*nível básico comum*" de bem-estar dos animais na UE, que, salientam os deputados, é uma "*condição indispensável para uma concorrência livre e equitativa no mercado interno, tanto para os produtos da União como para os produtos importados de países terceiros*".

O PE quer que as violações da legislação europeia em matéria de bem-estar dos animais sejam punidas com sanções eficazes e proporcionais e que estas sejam acompanhadas de uma ampla campanha de informação e orientação por parte das autoridades competentes, bem como de medidas correctivas adequadas.

Antes de elaborar nova legislação, é necessário assegurar a adequada aplicação da regulamentação existente. O PE cita, por exemplo, a proibição das gaiolas de bateria para galinhas, a regulamentação sobre os porcos e a regulamentação sobre o transporte dos animais e a criação de gansos e patos.

Os eurodeputados instam a Comissão Europeia a avaliar a aplicação do plano de acção sobre o bem-estar animal actualmente em vigor (2006-2010) e a elaborar o novo plano de acção para 2011-2015.

Agricultores que tratam bem os animais serão "*compensados*"

O PE quer que os agricultores europeus sejam compensados pelos custos de produção mais elevados associados a normas mais elevadas de bem-estar dos animais, sugerindo que o financiamento dessas medidas seja incorporado nos novos regimes de ajuda da PAC a partir de 2013.

Os parlamentares salientam que o Tratado de Lisboa criou uma nova situação jurídica na qual, aquando da formulação e aplicação das políticas da UE nos domínios da agricultura, da pesca, dos transportes, do mercado interno, da investigação e desenvolvimento tecnológico e do espaço, a "*União e os Estados-Membros terão plenamente em conta as exigências em matéria de bem-estar dos animais, enquanto seres sensíveis, respeitando simultaneamente as disposições legislativas e administrativas e os costumes dos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de ritos religiosos, tradições culturais e património regional*".

Este artigo abrange todos os animais de produção e os animais em cativeiro, como os animais destinados à produção de alimentos, os animais de companhia, os animais de circo e os animais em instituições zoológicas ou os animais abandonados, acrescentam.

Segurança na aviação: custos extra devem ser suportados pelos Estados-Membros e não pelos passageiros

Os custos suplementares da aplicação de medidas mais restritivas de segurança nos aeroportos europeus – como, por exemplo, a eventual introdução de scanners corporais – devem ser suportados pelos Estados-Membros e não pelos passageiros ou pelas companhias aéreas, defende o Parlamento Europeu em várias alterações à proposta de directiva sobre as taxas de segurança no sector da aviação, hoje aprovadas em plenário por 613 votos a favor, 7 contra e 16 abstenções.

Como muitos Estados-Membros no Conselho se opõem ao financiamento público destas medidas, esta proposta legislativa deverá prosseguir para segunda leitura.

O Parlamento Europeu quer que sejam os Estados-Membros, e não os passageiros, a suportar os custos da aplicação de medidas mais restritivas do que as actualmente previstas na legislação europeia, como é caso dos scanners corporais, ainda não regulados a nível europeu.

"A Comissão não quis ou não pôde abordar este tema. Procura apenas, mercê de uma nova avaliação obrigatória do impacto económico de medidas mais restritivas introduzidas a nível nacional, restringir os custos ou, pelo menos, torná-los mais transparentes", afirma o relator da Comissão dos Transportes do PE. Jörg Leichtfried (S&D, AT) propõe que, quando originem custos suplementares, essas medidas mais restritivas sejam financiadas pelo Estado-Membro em vez de serem transferidas para os passageiros.

Redes de aeroportos

Vários Estados-Membros (**Portugal**, Espanha, Grécia, Suécia, Finlândia e Noruega) criaram redes de aeroportos no âmbito das suas políticas nacionais de transportes. Segundo os eurodeputados, estas redes devem poder aplicar um sistema comum de tarifação às taxas de segurança, de modo a fomentar a coesão territorial e a limitar as desvantagens competitivas das regiões periféricas.

Cimeira UE-América Latina: PE quer plena realização de Associação Estratégica

O Parlamento Europeu quer que Catherine Ashton participe activamente na próxima Cimeira UE-América Latina, que se realiza a 18 de Maio, em Madrid, e que defina directrizes claras sobre a melhor forma de colaborar para promover a estabilidade política, combater as alterações climáticas, gerir as migrações e prevenir catástrofes naturais. O relatório sobre a estratégia da UE para as relações com a América Latina, hoje aprovado, defende a plena realização de uma Associação Estratégica Birregional.

A UE é o principal investidor e o segundo parceiro comercial na América Latina (o primeiro no Mercosul). É também o maior fornecedor de ajuda ao desenvolvimento.

Os eurodeputados querem que sejam aproveitadas as novas possibilidades da implementação do Tratado de Lisboa em favor da Associação Estratégica Birregional UE-América Latina, cujo objectivo último é a criação de uma Zona Euro-Latino-Americana de Parceria Global Inter-Regional até 2015 nos domínios político, económico, comercial, social e cultural, capaz de garantir um desenvolvimento sustentável para ambas as regiões.

O Parlamento Europeu apoia também a retoma das negociações do acordo de associação UE-Mercosul, *"cuja importância é capital e que afecta 700 milhões de pessoas"*. Caso fosse concluído com celeridade, este seria *"o acordo birregional mais ambicioso do mundo"*, salientam os deputados.

No relatório hoje aprovado por larga maioria, o PE recomenda a adopção de uma Carta Euro-Latino-Americana para a Paz e a Segurança, solicita o aprofundamento de um diálogo construtivo sobre as migrações e reafirma que a estabilidade interna de numerosos parceiros latino-americanos continua a depender da reforma do Estado.

Os eurodeputados lamentam que, perante a necessidade de acudir às enormes carências ligadas ao subdesenvolvimento, à pobreza, às pandemias, à malnutrição, à criminalidade e às catástrofes naturais, *"alguns países tenham optado por consagrar os seus recursos financeiros a um aumento excessivo das despesas militares"*.

Diálogo UE - América Latina - África

O PE propõe também a abertura de um diálogo político birregional com novas abordagens triangulares UE-América Latina-África, UE-América Latina-Estados Unidos e UE-América Latina-Ásia.

Transferência de dados para os EUA: Parlamento Europeu impõe condições

Qualquer novo acordo relativo à transferência de dados bancários para os Estados Unidos deverá evitar as transferências "em bloco" ou indiscriminadas. O Parlamento Europeu quer que seja restringido o âmbito dos dados transferidos e que sejam enumerados os tipos de dados que os prestadores estão habilitados a filtrar e a extrair. Quanto aos dados dos passageiros, o PE quer que a Comissão apresente até meados de Julho um "modelo único" para acordos PNR com países terceiros.

As transferências indiscriminadas de dados *"constituem um desvio em relação aos princípios que norteiam a legislação e a prática da UE"*, salienta o Parlamento Europeu numa resolução hoje aprovada, solicitando à Comissão e ao Conselho que abordem cabalmente esta questão no quadro das negociações para um novo acordo sobre transferência de dados bancários para os EUA.

Qualquer acordo entre a UE e os EUA deve também comportar *"garantias rigorosas em matéria de aplicação e supervisão, a cargo de uma autoridade competente para*

o efeito designada pela UE", sobre a extracção corrente, o acesso e a utilização pelas autoridades dos EUA de todos dados que lhe sejam transferidos.

Para os eurodeputados, *"a opção que ofereceria o mais elevado nível de garantias consistiria em permitir que a extracção de dados tivesse lugar no território da UE, em instalações da UE ou instalações conjuntas UE-EUA"*.

O Parlamento propõe que, a médio prazo, sejam atribuídos às autoridades judiciais da UE poderes para controlar a extracção de dados na União. Entretanto, pessoal seleccionado da UE deveria *"supervisionar o processo de extracção de dados nos EUA"*.

O Parlamento Europeu defende que o período máximo de armazenamento dos dados não deverá, em caso algum, ultrapassar cinco anos e que estes não deverão ser divulgados a países terceiros *"se não forem apresentadas razões específicas"*.

Um "Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo" a nível europeu

Para os eurodeputados, qualquer acordo entre a UE e os EUA deveria ser *"circunscrito no tempo"* e prever um compromisso claro da parte do Conselho e da Comissão para que se chegue a uma *"solução duradoura e juridicamente segura do ponto de vista europeu para a extracção de dados requeridos em território europeu"*.

O PE salienta que *"uma verdadeira reciprocidade"* obrigaria as autoridades dos EUA a permitirem às autoridades da UE e dos Estados-Membros a obtenção e a utilização de dados armazenados nos servidores existentes nos EUA *"nas mesmas condições que se aplicam às autoridades norte-americanas"*.

O PE quer que lhe sejam transmitidas informações completas e detalhadas sobre os direitos específicos dos cidadãos europeus e dos EUA, por exemplo, em matéria de acesso, rectificação, supressão, compensação e acção judicial.

Dados dos passageiros aéreos: PE adia votação e propõe "modelo único" de PNR

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu é também chamado a dar a sua aprovação aos acordos negociados entre a UE e os Estados Unidos e entre a UE e a Austrália sobre a transferência de dados contidos nos registos de identificação dos passageiros (PNR).

O PE decidiu hoje adiar a votação sobre o pedido de aprovação destes acordos *"até ter explorado as possibilidades de acordos para a utilização do PNR que estejam em conformidade com o direito comunitário"* e que respondam às suas preocupações, expressas em resoluções anteriores.

Os eurodeputados convidam a Comissão a apresentar, o mais tardar até meados de Julho deste ano, uma proposta de *"modelo único"* que sirva de base a acordos PNR com países terceiros e um projecto de mandato para as negociações com estes países.

Esse modelo único deverá garantir que os dados PNR só possam ser utilizados para efeitos de aplicação da lei e de segurança, que não possam, em circunstância alguma, ser utilizados para prospecção de dados ou a determinação de perfis (*profiling*) e que a transferência subsequente de dados por parte do país beneficiário

para países terceiros não possa ser feita se não estiver em conformidade com as normas da UE em matéria de protecção de dados.

Os eurodeputados acrescentam ainda que *"não poderá ser tomada qualquer decisão de proibição de voar ou qualquer decisão de investigação ou acusação apenas com base nos resultados de tais pesquisas automatizadas ou consultas de bases de dados"*.

Intervenções de Deputados Portugueses

Carlos Coelho (PPE): *" Tem sido uma preocupação constante, nos últimos anos, a necessidade de se alcançar um acordo equilibrado com os EUA, relativo à transferência de dados PNR. O estado actual das negociações ainda não reflecte a existência de uma verdadeira protecção legal de dados nos EUA, pois esses dados podem ser retidos durante anos depois das verificações de segurança terem sido efectuadas e não existe protecção jurídica para quem não seja cidadão americano. Os Acordos celebrados quer com a Austrália, quer com o Canadá são mais aceitáveis, uma vez que o princípio da proporcionalidade é mais respeitado, existindo um acesso limitado no âmbito, tempo e número de dados, tudo isto sujeito a controlo judicial. Só com uma abordagem coerente, bem como com o estabelecimento de princípios e regras gerais relativamente ao uso de dados PNR é que podemos pôr fim a este impasse e prosseguir a conclusão de quaisquer acordos internacionais nesta área, seja com estes 3 países ou com a avalanche de pedidos similares que se avizinha. Apoio a proposta conjunta de adiar o voto relativo ao consentimento do Parlamento, esperando que com um pouco mais de tempo as negociações possam ir de encontro às preocupações que o PE sempre manifestou."*

Zona euro: líderes parlamentares querem maior coordenação e instrumento de crédito europeu

Os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu reagiram hoje à decisão dos ministros das Finanças da zona euro sobre o pacote de apoio à Grécia. A necessidade *"urgente"* de maior coordenação e supervisão das políticas económicas, a criação de um instrumento permanente de *"crédito comunitário"* que ponha termo à especulação sobre o euro e a mobilização de instrumentos fiscais foram algumas das mensagens enviadas aos Chefes de Estado e de Governo da zona euro, que se reúnem na sexta-feira, em Bruxelas.

O pacote de apoio à Grécia é uma *"aposta na estabilidade da zona euro"*, voltou a frisar, em nome do Conselho, Diego **López Garrido**, Secretário de Estado espanhol para os Assuntos Europeus.

Para José Manuel **Durão Barroso**, *"110 mil milhões de euros são uma resposta adequada à crise grega"*. *"A mensagem da cimeira de sexta-feira deve ser clara: vamos fazer aquilo que for necessário em todas as frentes"*, garantiu o Presidente da Comissão Europeia, acrescentando que o executivo comunitário vai ter *"um papel essencial na supervisão"* das autoridades gregas. Os líderes europeus vão também *"considerar quais as lições que devem tirar"* desta situação. *"A Grécia vai envidar esforços dolorosos, mas todos sabemos que não há alternativa a estes esforços"*, disse.

Para Barroso, as palavras de ordem são três: responsabilidade, interdependência e coerência. Responsabilidade na "aplicação rigorosa" do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), interdependência porque "estamos todos no mesmo barco" e é preciso haver coordenação e supervisão das políticas económicas, e coerência do ponto de vista político.

"Este é um momento especial e creio que todos os Estados-Membros estão à altura da situação (...) Muitos países da zona euro já começaram reformas", e "essa responsabilidade" deve também ser seguida pelas agências de notação: se as notações "têm tanta influência no mercado", essas agências "devem também ter responsabilidade" e agir "de forma transparente", fazendo uma notação adequada das dívidas soberanas e sem quaisquer conflitos de interesses. "O mercado não é um local para se brincar com interesses, (...) precisa de regras (...) e não se pode desligar das questões sociais", acrescentou.

Barroso anunciou que a Comissão vai apresentar em breve legislação sobre contratos derivativos e espera que as propostas sobre hedge funds e private equity avancem rapidamente no Parlamento Europeu, que tem co-decisão nestas matérias.

"Se não criarmos mais Europa ficaremos para trás", concluiu Barroso.

Intervenção dos grupos políticos

Lembrando "os défices que se acumulam na maior parte dos países europeus", Joseph **DAUL** (PPE, FR) apelou a "reformas profundas no sistema de governação" europeia. "Partilhamos uma moeda e destinos comuns", por isso deve haver solidariedade entre os parceiros quando algum país se depara com problemas. A UE tem de dar "respostas com responsabilidade e bom senso", disse, defendendo uma "Europa económica, social e fiscal". O líder do PPE disse mesmo haver um "sentimento de urgência para um governo económico".

Maria **BADIA I CUTCHET** (S&D, ES) elogiou a "coragem política" do primeiro-ministro grego para implementar as medidas que foram anunciadas. Mas "a UE não pode ter apenas um papel controlador", deve também "fortalecer a governação económica" e mobilizar instrumentos fiscais. Segundo a eurodeputada, o PEC foi um dos instrumentos que mais demonstraram a necessidade de coordenar as políticas económicas na UE. "Devemos condenar a atitude especulativa" nos mercados e "não sucumbir à lógica dos egoísmos nacionais", afirmou.

Guy **VERHOFSTADT** (ALDE, BE) disse ter dúvidas sobre o mecanismo de empréstimos bilaterais. "O que temos é especulação e ataque ao euro, e não à Grécia. O problema é muito mais amplo". O eurodeputado defendeu que "não podemos recorrer sempre a este mecanismo de empréstimo": o que a UE precisa é de "um mecanismo estrutural para o futuro". E lembrou: "Precisámos de cinco meses para criar este mecanismo!". Porquê? "Porque é intergovernamental". Neste ponto, "seguimos a Comissão na sua posição comunitária", disse a Barroso. O eurodeputado considera que deve ser apresentada uma proposta de "crédito comunitário" que ponha termo à especulação sobre o euro. "Não podemos contar no sistema intergovernamental", concluiu.

Para Daniel **COHN-BENDIT** (Verdes/ALE, FR), "o que deve fazer o governo Papandreou é praticamente impossível". "Pedimos-lhe que mude tudo em três meses? São loucos!", disse, "e podemos ver isso com o que está a acontecer nas ruas da Grécia". O eurodeputado defendeu uma coordenação a nível europeu e

"sentido de responsabilidade", referindo também a situação em Espanha e Portugal. Quanto ao empréstimo à Grécia, resumiu a decisão dos ministros da zona euro com esta frase: "*I want to make money on the back of the Greeks*". "*Estamos a ganhar dinheiro com os gregos, isto é intolerável*". Para o deputado, "*podemos ajudar o orçamento grego de uma maneira simples*": com o desarmamento da região. "*Somos hipócritas (...) a França e a Alemanha venderam armas e submarinos à Grécia (...) damos dinheiro aos gregos para que comprem as nossas armas!*". Cortar nos custos do armamento "*talvez seja mais eficaz do que reduzir os salários de alguém que ganha apenas 1000 euros*".

Derk Jan **EPPINK** (ECR, BE) referiu que a Grécia viveu muitos anos acima das suas possibilidades e que o país deveria ter saído da zona euro, já que "*o perigo de contaminação existe*". Na opinião do eurodeputado, deveria ser possível um procedimento de expulsão da zona euro, tal como existe no caso da UE.

Lothar **BISKY** (CEUE/EVN, DE) considera o pacote de apoio à Grécia "*muito oneroso*", salientando que "*vão ser os pequenos, os contribuintes, que vão pagar com o corte nos salários*", e não os corruptos. A Grécia deve tributar a riqueza, lutar contra a corrupção e reduzir as suas despesas em armamento, insistiu.

Para Nikolaos **SALAVRAKOS** (EDF, GR) "*perdemos todo o respeito pela política e pelo mundo político*". Os líderes europeus deverão agir mais rapidamente estabelecendo um "*mecanismo permanente e que possa ser usado para outros países*".

PE dá quitação a instituições europeias, mas Conselho ainda tem de esperar

O Parlamento Europeu deu hoje quitação às instituições e agências europeias pela forma como geriram os respectivos orçamentos em 2008, excepto à Academia Europeia de Polícia, cuja quitação foi adiada para Outubro devido a várias irregularidades financeiras, e ao Conselho de Ministros da UE, cujo voto foi adiado para a próxima sessão de Estrasburgo para que os eurodeputados possam clarificar algumas questões pendentes durante as negociações com esta instituição.

O Parlamento Europeu deu hoje quitação à Comissão pela gestão do seu orçamento em 2008. Os eurodeputados mostram-se, no entanto, preocupados pelo facto de que "*erros no domínio dos fundos de coesão indicam que pelo menos 11% do montante total reembolsado não o deveria ter sido e que não houve qualquer melhoria desde 2007*".

O relatório elaborado pelo eurodeputado polaco Bogusław Liberadzki (S&D) nota que, em relação a **Portugal**, foram efectuadas correcções financeiras no montante de 128,24 milhões de euros para o período de programação 2000-2006. Os outros países mencionados são Espanha (1535,07 milhões de euros), Grécia (881,24 milhões), Itália (693,90 milhões), França (248,48 milhões), Reino Unido (155,94 milhões), Polónia (88,99 milhões), Hungria (40,62 milhões), Eslováquia (39,16 milhões), Irlanda (25,55 milhões), Alemanha (19,33 milhões) e Suécia (11,30 milhões de euros).

Luta contra o cancro na UE: aposta na prevenção e no diagnóstico precoce

Dado que um terço dos cancros é "evitável", a Comissão e os Estados-Membros devem investir na prevenção desta doença e desenvolver estratégias eficazes de diagnóstico e tratamento precoces, disse hoje o Parlamento Europeu. A prevenção deve ser assegurada através da promoção de estilos de vida saudáveis e da redução da exposição a poluentes cancerígenos no ambiente e no local de trabalho. Um em cada três europeus é confrontado com um diagnóstico de cancro ao longo da vida.

O cancro é causado por muitos factores em diferentes fases da vida, pelo que se impõe adoptar um "**novo paradigma de prevenção do cancro**", defende o Parlamento Europeu num relatório hoje aprovado por larga maioria. Este novo paradigma deve ter em conta, em pé de igualdade, os factores genéticos, o estilo de vida e os factores ligados ao ambiente e à vida profissional.

O relatório do Parlamento Europeu dá resposta à proposta da Comissão de criar uma Parceria Europeia de Acção contra o Cancro para o período 2009-2013. O objectivo a longo prazo da Parceria consiste na redução da incidência do cancro em 15% até 2020.

Dados sobre o cancro

O cancro é responsável por duas em cada dez mortes nas mulheres e por três em cada dez mortes nos homens. Todos os anos, esta doença é diagnosticada a cerca de 3,2 milhões de cidadãos europeus. A maioria dos óbitos é causada pelo cancro do pulmão, pelo cancro colo-rectal e pelo cancro da mama.

Um em cada três europeus é confrontado com um diagnóstico de cancro ao longo da vida e um em cada quatro europeus morre dessa doença.

As previsões sugerem que, este ano, 3 milhões de europeus contrairão cancro e que quase dois milhões morram devido a esta doença. Para 2020, as previsões são mais negativas: 3,4 milhões de europeus contrairão cancro e mais de 2,1 milhões morrerão em resultado da doença.

Cerca de 30% dos cancros podem ser evitados e as suas consequências podem ser reduzidas, nomeadamente através da detecção e do tratamento precoces.

Carros eléctricos: PE defende normalização das recargas até 2011 e criação de mercado único

O Parlamento Europeu propôs hoje a criação de um mercado único de veículos eléctricos e a normalização internacional, ou pelo menos europeia, das infra-estruturas e tecnologias de recarga. Numa resolução hoje aprovada em plenário por larga maioria, o PE sugere que as instituições europeias e os Estados-Membros substituam progressivamente a sua frota de veículos de combustão utilizados pelos serviços públicos por veículos eléctricos.

Os veículos eléctricos e os híbridos com ligação directa à corrente são "*uma das principais opções na estratégia mais vasta para a redução das emissões de CO2*", contribuindo para a realização das prioridades da Estratégia Europa 2020, nota o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados apoiam a intenção da Comissão de, **até 2011, estabelecer uma norma europeia para a recarga dos veículos eléctricos** que garanta a interoperabilidade e a segurança das infra-estruturas.

O Parlamento Europeu propõe a "**normalização, sempre que possível, internacional ou, pelo menos, europeia, das infra-estruturas e tecnologias de recarga**", o apoio à investigação e inovação no âmbito das baterias e motores, a melhoria das redes eléctricas através da utilização de redes inteligentes, a coordenação das medidas nacionais de apoio e incentivo aos veículos eléctricos e a promoção de medidas para garantir a competitividade do sector dos veículos energeticamente eficientes e não poluentes.

A Comissão e os Estados-Membros devem criar as condições necessárias à existência de **um mercado único de veículos eléctricos** e evitar regimes incompatíveis e normas que não sejam interoperáveis, afirma o Parlamento Europeu.

O desenvolvimento de veículos eléctricos deve ser concebido no quadro de uma futura política de mobilidade sustentável, que tenha em conta a redução de acidentes, a utilização dos espaços, a redução dos congestionamentos, o consumo total de energia e as emissões de CO2. O desenvolvimento da mobilidade eléctrica deve também incluir as bicicletas movidos a electricidade, os eléctricos e os comboios, sublinha o PE.

Instituições europeias e nacionais "movidas" a electricidade

O PE propõe que as instituições europeias e os Estados-Membros substituam progressivamente a sua frota de veículos de combustão utilizados pelos serviços públicos por veículos eléctricos, estimulando a procura através de concursos públicos. O PE insta também as instituições europeias a implantar as infra-estruturas logo que as normas entrem em vigor.

Os eurodeputados exortam ainda a Comissão a apresentar um cálculo exaustivo das emissões globais de CO2 dos veículos eléctricos e salientam que a normalização destes veículos e das infra-estruturas e métodos de recarga não deve impedir novas inovações, nomeadamente nos domínios da mobilidade eléctrica ou dos motores de veículos convencionais.

Corrupção: PE quer "*mecanismo claro*" para acompanhar situação nos Estados-Membros

O Parlamento Europeu instou hoje as instituições europeias a adoptarem uma "*política global de luta contra a corrupção*" e a criarem um "*mecanismo claro*" para acompanhar, com regularidade, a situação nos Estados-Membros. Este

apelo é feito numa declaração escrita assinada por 377 eurodeputados, a qual salienta que a corrupção contribuiu para a actual crise económica.

Os eurodeputados solicitam à Comissão e agências europeias que adotem todas as medidas necessárias e disponibilizem recursos suficientes para garantir que os fundos comunitários não estejam sujeitos à corrupção. Os parlamentares apelam também à adopção de sanções dissuasoras para os casos de corrupção e de fraude.

De acordo com um Eurobarómetro publicado em Dezembro do ano passado, para 78% dos cidadãos europeus a corrupção constitui um problema grave no respectivo país.

Parlamento Europeu vai ter mais Membros e ultrapassa 751 Deputados

O Tratado de Lisboa altera a composição do PE (passando de 736 Deputados eleitos em Junho de 2009 para 751).

Haverá 18 novos Deputados oriundos de 12 Estados-Membros. A Alemanha perderá 3 Deputados (passa de 99 para 96). Como não é possível retirar o mandato a um Deputado eleito, a entrada em vigor da nova composição do PE eleva o total de Deputados a 754 obrigando a alterar o Tratado de forma a permitir esta derrogação temporária.

O relator **Íñigo Méndez de Vigo** recordou que " *as últimas eleições para o Parlamento Europeu desenrolaram-se quando o Tratado de Nice estava em vigor e contemplava a existência de 736 Deputados, contra 751 previstos no Tratado de Lisboa.*

Para complicar ainda mais, as regras dispõem que o mandato dos deputados é de cinco anos. Isto significa que não podemos aplicar sem mais as disposições do Tratado de Lisboa (os 751) porque um determinado país perde, em Lisboa, três Deputados que foram eleitos e, portanto, não podem deixar o Parlamento Europeu durante este prazo".

"É preciso modificar o Protocolo (n.º 36) para permitir que os acordos de Lisboa entrem em vigor e que durante esta legislatura, período 2009-2014, quando entrar em vigor a alteração do Protocolo (n.º. 36), esta casa possa ter, excepcionalmente, 754 membros", referiu o relator.

Carlos Coelho defendeu que era "*preferível que a nova composição do PE se aplicasse apenas nas próximas eleições europeias, em 2014" mas constatou que parece haver um consenso alargado para que se faça já*".

O Relatório proposto pelo Relator Mendez de Vigo recomenda que os novos Deputados entrem em funções na mesma data para obviar uma distorção regional da representação do PE o que merece o apoio do Deputado português do PSD, mas Carlos Coelho repudia a "*possibilidade dos novos Deputados serem nomeados pelas autoridades nacionais. Considero que só a eleição legítima um Deputado*".

Ordem do dia

5 a 6 de Maio de 2010

► Quarta-feira, 5 de Maio de 2010

13:30 - 15:00 Votação

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

VOTAÇÃO

Cooperação administrativa e luta contra a fraude no domínio do IVA (reformulação) - *Relatório: José Manuel García-Margallo y Marfil (A7-0061/2010)*

Sistema comum de imposto sobre o valor acrescentado no que respeita às regras em matéria de facturação- *Relatório: David Casa (A7-0065/2010)*

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Miloslav Ransdorf - *Relatório: Francesco Enrico Speroni (A7-0107/2010)*

28 relatórios de quitação nos termos do artigo 138.º do Regimento
Equipamentos sob pressão transportáveis - *Relatório: Brian Simpson (A7-0101/2010)*

Taxas de segurança no sector da aviação - *Relatório: Jörg Leichtfried (A7-0035/2010)*

Orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (reformulação) - *Relatório: Brian Simpson (A7-0030/2010)*

Disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito à simplificação de certas exigências e de certas disposições relativas à gestão financeira - *Relatório: Evgeni Kirilov (A7-0055/2010)*

Consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais em curso - *Proposta de resolução*

Poder de delegação legislativa - *Relatório: József Szájer (A7-0110/2010)*

Objectivos estratégicos e recomendações para a política comunitária de transporte marítimo no horizonte de 2018 - *Relatório: Peter van Dalen (A7-0114/2010)*

Europeana - próximas etapas - *Relatório: Helga Trüpel (A7-0028/2010)*

Avaliação e apreciação do Plano de Acção Comunitário relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010 - *Relatório: Marit Paulsen (A7-0053/2010)*

Agricultura da UE e alterações climáticas - *Relatório: Stéphane Le Foll (A7-0060/2010)*

A agricultura em zonas com desvantagens naturais: uma avaliação especial - *Relatório: Herbert Dorfmann (A7-0056/2010)*

Uma nova agenda digital para a Europa: 2015.eu - *Relatório: Pilar del Castillo Vera (A7-0066/2010)*

7 relatórios de quitação

Estratégia da UE para as relações com a América Latina - *Relatório: José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (A7-0111/2010)*

Cimeira UE-Canadá - *Propostas de resolução*

SWIFT - *Propostas de resolução*

Registos de identificação dos passageiros (PNR) - *Propostas de resolução*

Proibição do uso de tecnologias com recurso ao cianeto na exploração mineira - *Propostas de resolução*

15:00 - 24:00

Discussão conjunta - Composição do Parlamento

Revisão dos Tratados - Medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu - *Relatório: Íñigo Méndez de Vigo (A7-0115/2010)*

Decisão de não convocar uma convenção para a revisão dos Tratados no que se refere às medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu - *Relatório: Íñigo Méndez de Vigo (A7-0116/2010)*

Preparação da Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo da zona Euro de 7 de Maio - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Europa 2020 - nova estratégia europeia para o crescimento e o emprego - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Acordo de Adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Veículos eléctricos - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Regulamento relativo à isenção por categoria (veículos automóveis) - *Perguntas orais (O-0044/2010 - B7-0209/2010) (O-0047/2010 - B7-0210/2010)*

Comunicação da Comissão "Acção Contra o Cancro: Parceria Europeia" - *Relatório: Alojz Peterle (A7-0121/2010)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Mobilizar as tecnologias da informação para facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono - *Relatório: Patrizia Toia (A7-0120/2010)*

Protecção dos interesses financeiros da Comunidade - Luta contra a fraude - Relatório anual 2008 - *Relatório: Andrea Cozzolino (A7-0100/2010)*

► **Quinta-feira, 6 de Maio de 2010**

09:00 - 10:50

Banco Europeu de Investimento (BEI) - Relatório anual 2008 - *Relatório: Tamás Deutsch (A7-0062/2010)*

Atrocidades em massa cometidas em Jos, na Nigéria, em Janeiro e Março - *Declaração da Comissão*

11:00 - 12:00 Votação

Decisão de não convocar uma convenção para a revisão dos Tratados no que se refere às medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu - *Relatório: Íñigo Méndez de Vigo (A7-0116/2010)*

Revisão dos Tratados - Medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu - *Relatório: Íñigo Méndez de Vigo (A7-0115/2010)*

Quirguisistão - *Propostas de resolução*

Veículos eléctricos - *Propostas de resolução*

Regulamento relativo à isenção por categoria (veículos automóveis) - *Perguntas orais 8*
Comunicação da Comissão "Acção Contra o Cancro: Parceria Europeia" - *Relatório: Alojz Peterle (A7-0121/2010)*

Mobilizar as tecnologias da informação para facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono - *Relatório: Patrizia Toia (A7-0120/2010)*

Livro Branco da Comissão: "Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção europeu" - *Relatório: Vittorio Prodi (A7-0057/2010)*

Protecção dos interesses financeiros da Comunidade - Luta contra a fraude - Relatório anual 2008 - *Relatório: Andrea Cozzolino (A7-0100/2010)*

Banco Europeu de Investimento (BEI) - Relatório anual 2008 - *Relatório: Tamás Deutsch (A7-0062/2010)*

Atrocidades em massa cometidas em Jos, na Nigéria, em Janeiro e Março - *Propostas de resolução*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Discurso de Joe Biden, Vice-Presidente dos Estados- Unidos

12:30 - 13:00 Continuação da votação